

## **Redes, democracia e ação no território**

Nome do organizador/filiação institucional: Aldenilson Costa, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

### **RESUMO GERAL**

A presente proposta de sessão livre tem por objetivo analisar as redes sociotécnicas na transformação da democracia e da ação no território. Assim, questiona-se as estratégias levadas a cabo por atores de distintas redes sociotécnicas na transformação da democracia e de seus espaços, bem como seu espectro de ação sobre o território. O ponto de partida é a categoria território usado, proposta por Milton Santos (2008) que considera os usos feitos do território como elemento central para iluminar a análise. Isto porque através da análise dos usos do território é possível reconhecer e analisar as ações, que são aquelas que ao mesmo tempo norteiam a transformação da morfologia e requalificam os usos atribuídos ao território. Quer dizer, as ações podem ser lidas através do território tomando como ponto de partida as transformações produzidas, já que estas permitem o reconhecimento das racionalidades que estão fundamentadas em intenções, projetos e estratégias (Ribeiro, 2013).

No presente contexto histórico, as ações são potencializadas pelas redes tecnológicas, que permitem que redes sociotécnicas sejam consolidadas, orientando mudanças no tecido social, seja a partir da introdução de novos modelos de consumo, novos projetos imobiliários, destruição de patrimônio cultural, consumo de tecnologias. Tais redes influenciam a gestão e organização do território (Dias, 1996), o planejamento territorial (Ribeiro, 2013), influenciado também nas dinâmicas do espaço de exercício da democracia (Morozov & Bria, 2018). De um lado, a ação política hegemônica tenta impor um discurso único, produzido a partir da articulação de atores em rede, mas cujo interesse é a cisão do tecido social, orientado para a ruptura da solidariedade e dos laços que unem os distintos sujeitos sociais. De outro, as forças de resistência lutam por um tecido social mais solidário, orientado ao desenvolvimento pleno da democracia. Ambos os lados dispõem de mecanismos de ação, embora os atores hegemônicos demonstrem ter maior capacidade de transformação do território e de ter as suas demandas atendidas e seus impulsos mais bem difundidos.

Assim, torna-se importante questionar a força das redes sociotécnicas, sobretudo pelo uso intenso de tecnologias que carregam uma suposta e falsa neutralidade que oculta os atores e suas estratégias. É importante também reconhecer e potencializar ações contra-hegemônicas (Bobbio, 1999) e imanentes (Deleuze, 2002) que possibilitem aos cidadãos terem seus direitos assegurados e acima de tudo, terem voz ativa no direcionamento da transformação do território. Assim, de um lado estão aqueles que utilizam as redes sociotécnicas para potencializar ações de libertação e reificação da democracia, na tentativa de se contrapor ao discurso e ações hegemônicas, produzindo espaços de diálogo e comunicação que rompem com a lógica instrumentalista. Aqui residem experiências educativas imanentes no sentido de

requalificar a formação dos atores sociais não hegemônicos de modo a questionar as ações hegemônicas e buscar caminhos alternativos que produzem resultados positivos. De outro, aqueles que fazem um uso perverso das redes sociotécnicas, em defesa de um projeto hegemônico, que reitera a manutenção das desigualdades, limitando liberdades, influenciando os discursos coletivos, promovendo um acirramento das tensões e conflitos sociais. Aqui estão experiências como a divulgação de notícias falsas, num projeto claramente perverso de destruição do tecido social; projetos de requalificação do espaço urbano, que alijam aqueles que usam e vivenciam as cidades; projetos urbanos que produzem uma imagem utópica das cidades. Assim, a presente proposta articula pesquisadores da temática, de modo a permitir uma leitura que considera múltiplos olhares sobre a problemática em questão, isto é, as redes sociotécnicas na transformação da democracia e da ação no território. Trata-se de uma sessão que reconhece a necessidade de reconhecer, analisar e questionar os fatos, atores e processos orientados por redes no âmbito da democracia e na transformação do território.

### **TÍTULO DA PALESTRA 1: REDE TECNOLÓGICA, DEMOCRACIA E TERRITÓRIO**

Nome do palestrante/filiação institucional: Tamara Egler, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Para analisar o presente contexto político o desafio é examinar os resultados associados à inovação dada pelas redes tecnopolíticas, que associam tecnologia e ação política. O ponto de partida observa como se transforma o espaço e as relações sociais, para adentrar nos processos de comunicação e subjetivações coletivas, para investigar quais são suas derivadas sobre a democracia. Para tanto, se reconhece as transformações nas relações espaço-temporais, invenção de plataformas, enunciação de narrativas, manipulação de dados, interesses econômicos, para fazer a análise de suas consequências sobre a democracia. A pesquisa avança quando se torna necessário ver e ler, como o processo de digitalização da vida, transforma profundamente as relações espaciais e temporais, o que permite pensar como o espaço digital se funde com o físico e produz um espaço híbrido. Permite formas alternativas de propriedade, formação de coletivos em rede, amplia-se as possibilidades de comunicação, e permite a enunciação de narrativas de todos para todos. Inaugura relações espaciais e temporais, para permitir a fusão entre o espaço público e privado, e a inovação de práticas econômicas, políticas e sociais no espaço do mundo globalizado, o que produz importantes transformações sobre o território.

### **TÍTULO DA PALESTRA 2: DO BARROCO À HIPERMODERNIDADE: UMA SITUAÇÃO SEM CONTORNO**

Nome do palestrante/filiação institucional: Reginaldo Cardoso, LabEspaço/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Busca-se compreender o processo de ocupação territorial urbana brasileira contemporânea, a partir do estudo de acontecimentos recentes nas cidades de Ouro Preto e Mariana, que são respectivamente, a privatização do sistema de água e esgoto por um consórcio, que tem como ator principal uma incorporadora transnacional originária da Coreia do Sul, e a regeneração da Praça Gomes Freire, que se encontra no coração histórico da cidade. Para isso, o escopo de análise tem que necessariamente adentrar o político e o social enquanto campos produtores de subjetividades que, se por um lado deixam-se capturar por dispositivos normativos alheios ao interesse comum, por outro lado criam maneiras de se tornarem protagonistas de mudanças coletivas. E esse protagonismo passa pela conquista do direito à cidade mediante o que se denominou “cidadania insurgente” ou, numa vertente reinterpretativa mais atual, “caixas de ressonância”.

### **TÍTULO DA PALESTRA 3: EDUCAÇÃO URBANA: O PODER DA IMANÊNCIA**

Nome do palestrante/filiação institucional: Fabiana Mabel Azevedo de Oliveira, LabEspaço/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Neste momento de incertezas políticas e econômicas, de crise nos setores básicos da sociedade brasileira – como saúde, segurança e educação – , reflexos dessa situação são sentidos em vários setores da sociedade. O olhar para as condições da cidade, do bairro e dos elementos que os compõem, também reflete essa situação desfavorável. A proposta desta apresentação é discutir lacunas deixadas pelo poder público tendo como base a educação, possibilitando a difusão do conhecimento urbano e ampliando seus interlocutores. O conceito usado por Ermínia Maricato (2015) – “analfabetismo urbanístico” – tem uma formulação teórica e política numa perspectiva da luta de classes. No entanto, ele nos ilumina com o objetivo de realizar o que podemos chamar de “alfabetização urbana”, numa perspectiva educativa, mas não menos ativa quanto à sua função social na cidade, considerando que ambos os pontos de vista fazem parte de uma busca de representação mais justa e igualitária do espaço urbano da cidade, e possibilitando a discussão e o entendimento do contexto urbano construído sobre bases teóricas e não sobre uma representação falsa ou idealizada. Através da educação é possível a informação se transformar em conhecimento, pois apresenta, discute e permite a construção de objetivos que podem integrar o individual ao coletivo.